CARTA DE LUZIÂNIA

O elo histórico e as contradições de uma década

A Plenária Nacional CNTI 80 Anos é mais que um ato de celebração, é um chamado urgente à reflexão crítica sobre a dinâmica de poder que moldou o Brasil na última década. Em 2016, reunidos no 9º Congresso Nacional, as trabalhadoras e os trabalhadores industriários proclamaram a *Carta de Brasília*. Aquele documento representava o escudo da classe trabalhadora no epicentro de uma crise moral, ética e política que culminou no impedimento da Presidenta Dilma Rousseff.

Dez anos depois, cruzamos o limiar de uma transição histórica onde aquela crise não apenas persistiu, mas foi elevada a um patamar incomparavelmente mais alarmante e destrutivo. O que antes eram disputas institucionais nos gabinetes, hoje transformou-se em uma crise sistêmica que atinge o cerne da soberania e da sobrevivência democrática. Compreender essa dialética de avanços tecnológicos e profundo apodrecimento ético é fundamental para desarmar a hegemonia do grande capital, notadamente o rentista, e atualizar a nossa capacidade de formulação e resistência na forma da nova *Carta de Luziânia*.

O Diagnóstico da Regressão: o tabuleiro das ameaças modernas

Os dilemas que a atual conjuntura nos impõe são os reflexos diretos de uma crise moral, política e institucional hipertrofiada, que opera por meio de novas e violentas ferramentas de dominação:

- **O marco da lei 13.467/17 e a institucionalização do antissindicalismo:** o ano de 2017 marcou o maior ataque histórico à estrutura sindical brasileira. Por meio da aprovação da Lei 13.467/17, o antissindicalismo foi institucionalizado pelo Estado, expressando um ambiente austero de **Sindicatofobia** evidente e ramificado em todas as estruturas da sociedade. Uma aversão orquestrada, ácida, revestida de preconceito, penetrou nos núcleos familiares, nos espaços de educação, na imprensa corporativa e até mesmo em igrejas e templos religiosos. A desmoralização planejada da ação coletiva buscou isolar o trabalhador, vendendo a falsa ilusão do "empreendedorismo de si mesmo" para ocultar a exploração e quebrar a solidariedade de classe.

- **A Implosão do Direito Coletivo e a desigualdade sindical:** o objetivo central da Reforma Trabalhista de 2017 foi golpear a espinha dorsal do sindicalismo laboral. Ao asfixiar financeiramente as entidades laborais e impor o "negociado sobre o legislado", o capital promoveu a implosão do Direito Coletivo do Trabalho. A assimetria socioeconômica foi ampliada e alterou drasticamente a correlação de forças na relação capital-trabalho: enquanto o sindicalismo laboral é estrangulado, o sistema sindical patronal segue robustecido pelo aparato e pelo financiamento bilionário do Sistema S. A retirada da ultratividade das normas e convenções coletivas eliminou a rede de proteção que nivelava as relações de trabalho, aprofundando uma violenta assimetria e desigualdade de forças na mesa de negociação em benefício do patronato.

- **A intensificação da precarização nos ambientes de trabalho:** o efeito prático da **Sindicatofobia** e do desmonte legislativo está escancarado no chão de fábrica contemporâneo. Assistimos à degradação severa das condições de trabalho, impulsionada pela terceirização irrestrita na atividade-fim e por novas formas de contratação precária. Essa realidade se agravou com a introdução excludente da Inteligência Artificial e a precarização algorítmica. O resultado é o adoecimento físico e mental das trabalhadoras e dos trabalhadores, que hoje enfrentam uma verdadeira

epidemia de riscos psicossociais e assédio, sob a total negligência patronal dos marcos regulatórios de saúde laboral (NR1).

- **A metástase institucional e os escândalos nos Três Poderes:** em paralelo ao desmonte de direitos, assistimos ao espetáculo degradante de sucessivos escândalos éticos que eclodem e envolvem diretamente membros das cúpulas do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, em uma contaminação que atravessa as esferas municipal, estadual e federal. Essa crise institucional permanente alimenta a desconfiança pública e atua como cortina de fumaça para que o grande capital avance sobre as riquezas nacionais e os direitos sociais sem o devido debate com a sociedade.

- **A guerra da desinformação e as ameaças à Soberania:** a mentira foi industrializada. A desinformação deliberada, o uso criminoso de *deepfakes* e a manipulação algorítmica capturaram o debate público. Uma sociedade bombardeada pela desinformação e desestruturada institucionalmente perde a sua capacidade de autodefesa, colocando em risco permanente a democracia e o controle soberano sobre as nossas riquezas minerais, energéticas e industriais.

Objetivo Estratégico: a contra-hegemonia e a plataforma eleitoral

Diante deste cenário de profunda complexidade, a Plenária Nacional CNTI 80 Anos estabelece as seguintes diretrizes para instrumentalizar a militância:

- **Superação da sindicatofobia e educação contra-hegemônica:** fortalecer a Formação Sindical e a Educação Popular como ferramentas para desarmar a dominação ideológica e cultural que criminaliza os sindicatos, utilizando dados

socioeconômicos e subsídios históricos para resgatar o orgulho e a consciência da classe trabalhadora.

- **Atualização programática (de 2016 à de 2026):** sistematizar os acúmulos da última década para aprovar a *Carta de Luziânia*, unificando a defesa jurídica, a reconstrução do custeio e a **autonomia política do Sistema Confederativo** frente aos retrocessos impostos, mais notadamente, desde a lei 13.467/17.

- **Intervenção soberana no processo eleitoral de 2026:** posicionar a CNTI como agente central na disputa ideológica dos cargos majoritários, exigindo que os postulantes se comprometam publicamente com a revisão dos marcos jurídicos regressores do passado, com a revogação dos pontos nocivos das contrarreformas e com o fim do tarifaço imposto unilateralmente pelo imperialismo estadunidense que corrói os salários.

- **Governança da Nova Indústria Brasil (NIB):** exigir que a injeção de subsídios públicos na Indústria 4.0 traga contrapartidas sociais compulsórias, tais como a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o direito à desconexão e a proteção do trabalhador frente à automação excludente.

- **Justiça de gênero, raça e transição geracional:** inserir no cerne da luta sindical o combate à epidemia de feminicídio e a exigência de igualdade salarial, além de criar mecanismos de acolhimento e formação para a juventude trabalhadora, garantindo a renovação geracional da resistência.

- **Sustentabilidade operária na prática:** celebrar as conquistas materiais que apontam para o futuro da entidade: a autonomia energética da nossa Usina Fotovoltaica, o vanguardismo do Centro de Experimentação com Remineralizadores e Agroecologia Socioprodutiva da CNTI e o lançamento da Revista CNTI 80 Anos.

Os desafios são imensos diante das crescentes ameaças, internas e externas, expressas nas ações e posições de correntes fascistas e neofascistas avessas a todos os valores civilizatórios conquistados ao longo de séculos de luta e de sacrifício de povos, notadamente pelos direitos dos trabalhadores.

Todavia, se há poucas décadas impunha-se uma geopolítica unipolar, hoje, com a decadência do império do Norte, ressurge um mundo multipolar e um Sul Global no qual o Brasil se insere, sob as insígnias da paz e do desenvolvimento solidário entre nações e povos soberanos.

O Brasil, por sua pujança física, humana e histórica, agora, ainda no mês de outubro, poderá dar uma contribuição fundamental ao afirmar **a vitória e a inexorabilidade de um projeto de desenvolvimento lastreado na Democracia política, na Soberania Nacional e na Justiça Social.**

Esse é o compromisso que nós, industriárias e industriários brasileiros, pela voz da CNTI, assumimos nesta data histórica.

Luziânia (GO), 17 de setembro de 2026

PLENÁRIA NACIONAL DA CNTI